

AS ARTICULAÇÕES DA CAMPANHA TRANSNACIONAL PARA A CRIAÇÃO DO PARQUE INDÍGENA YANOMAMI DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985)

Gustavo Teixeira Luchetta (gustavoluchetta2001@hotmail.com)

Bruno Boti Bernardi (brunobernardi@ufgd.edu.br)

Este trabalho tem por objetivo analisar a campanha transnacional em prol da demarcação do Parque Yanomami, durante a ditadura militar (1964-1985). Os projetos desenvolvimentistas do governo, sobretudo o Plano de Integração Nacional, impunham ameaças à integridade física e cultural dos povos indígenas da região amazônica. Não obstante, dois eventos marcaram o estopim da campanha: 1) o projeto da construção da BR-210 (Rodovia Perimetral Norte), em 1973 e 2) o anúncio da descoberta de uma das maiores reservas de urânio do mundo no território indígena, em fevereiro de 1975. Em ambas as ocasiões, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ignorou recomendações e negligenciou o bem-estar dessas populações em detrimento dos interesses das frentes econômicas. As políticas integracionistas do governo, acarretaram uma epidemia de oncocercose que acometeu diversos grupos Yanomami ao longo das obras da Perimetral. No tangente aos direitos humanos, até a segunda metade do século XX os Estados não possuíam responsabilidade legal sobre seus indivíduos. Contudo, no início da década de 1970, os regimes internacionais já haviam se consolidado, alicerçados por tratados e documentos juridicamente vinculantes. Além disso, naquele momento, as arenas das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos abriram-se a uma maior participação de grupos da sociedade civil, que puderam, então, encaminhar queixas e denúncias. Percebendo a criação dessas novas janelas de oportunidades políticas, despontaram os movimentos indígenas e indigenistas transnacionais contemporâneos. Atuando em redes de ativismo, eles passaram a expor o fracasso do paradigma assimilacionista que então regia as políticas dos Estados do mundo todo diante de seus respectivos povos originários. No final da década de 1960, quando a ditadura militar ingressava em sua fase mais repressiva, denúncias sobre violências e crimes cometidos no Brasil contra os povos indígenas passaram a ser veiculadas internacionalmente. As articulações dos ativistas podem ser compreendidas sob as lentes da teoria Bumerangue-Espiral de ativismo transnacional, desde as primeiras pressões da rede, perpassando as concessões táticas do governo, até a demarcação que sucedeu apenas em 1992. Os documentos e relatórios utilizados encontram-se disponíveis no acervo do Instituto Socioambiental (ISA). Este trabalho busca responder a perguntas, tais quais: como e em qual medida as políticas desenvolvimentistas adotadas pela ditadura ameaçaram a existência dos povos Yanomami? Como

articulou-se a campanha transnacional em prol da criação do Parque Indígena Yanomami? E, ainda, como reagiu o então governo aos constrangimentos internacionais? Por fim, com base no que versa o artigo II da Convenção Internacional sobre o Genocídio (1948), concluímos que as políticas da ditadura perante aos Yanomami configuram crimes de genocídio e etnocídio. Além disso, depreendemos que, apesar dos desafios, a sociedade civil global pode ser um caminho para a democratização frente ao autoritarismo.

Para finalizar, gostaria de agradecer ao CNPq pelos incentivos à pesquisa.